



## O ENSINO INFANTIL E O PRIMÁRIO EM ALAGOAS NO FINAL DO IMPÉRIO (1878-1889): A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA LEÔNICIO DE CARVALHO

Carlos Tiburcio de Araújo Abreu<sup>1</sup>  
Cristiano Ferronato<sup>2</sup>

### GT12 – História da Educação

#### RESUMO

Este estudo faz uma análise dos ensinos infantil e primário na Província de Alagoas no final do Império brasileiro, entre 1878 e 1889, período entre a publicação do decreto nº 7.031, de 6 de setembro de 1878, e último ano deste regime no Brasil. Teve como fontes principais os relatórios de Presidentes da província e de Diretores de Instrução Pública em Alagoas, livros e documentos de história da educação em Alagoas e do Brasil, além de pesquisas relacionadas à temática. Por tratar-se de uma pesquisa histórico-documental, a análise dos dados e do objeto – a Reforma Leônicio de Carvalho (1878-79) – se dá por meio de Le Goff (1992). O trabalho possibilita compreender o cenário da instrução pública no marco temporal, em especial a pouca efetivação dos avanços trazidos pela reforma, contribuindo para entender como, historicamente, a educação teve pouca atenção do poder público, quando analisamos os dados educacionais alagoanos.

**Palavras-chave:** Ensino infantil e primário. História da Educação. Reforma Leônicio de Carvalho.

#### ABSTRACT

This study analyzes infant and primary education in the Province of Alagoas at the end of the Brazilian Empire, between 1878 and 1889, the period between the publication of Decree No. 7031, of September 6, 1878, and the last year of this regime in Brazil. Its main sources were reports from Presidents of the province and Directors of Public Instruction in Alagoas, books and documents on the history of education in Alagoas and Brazil, in addition to research related to the topic. As this is historical documental research, the analysis of data and the object – the Leônicio de Carvalho Reform (1878-79) – are carried out through Le Goff (1992). The work makes it possible to understand the scenario of public education in the time frame, in particular the little implementation of the advances brought by the reform, contributing to understand how, historically, education has had little attention from the government, when we analyze educational data from Alagoas.

**Keywords:** Kindergarten and primary education. History of Education. Leônicio de Carvalho reform.

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia (2013) e Geografia (2006) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e especialista em Gestão Escolar (2009) pela mesma instituição. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit). É membro do Grupo de Pesquisa História e Educação do Nordeste (GPHEN). ORCID: 0000-0002-0607-5906 / E-mail: [ctabreu7@gmail.com](mailto:ctabreu7@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação (2012) e Mestre em História (2006) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor PPG-1 da Universidade Tiradentes (Unit – Sergipe). É membro do Grupo de Pesquisa História e Educação do Nordeste (GPHEN). ORCID: 0000-0003-2735-6595 / E-mail: [cristianoferronato@gmail.com](mailto:cristianoferronato@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

As décadas finais do regime imperial brasileiro representam um período da história nacional marcado por mudanças econômicas e sociais. Ainda baseada no latifúndio e na monocultura, começam a se desenhar mudanças na economia. Surgem as primeiras fábricas em território nacional, e o tráfico negreiro, agora ilegal, dá início à substituição da força de trabalho por imigrantes europeus, embora a escravidão só viesse a ser abolida em 1888.

Embora tivessem ocorrido tais transformações, o analfabetismo era majoritário, sendo o investimento em educação “desnecessário” para a competitividade da economia, como afirmam Braga e Mazzeu (2017, p. 32):

Além do café, o Brasil passou a comercializar a borracha, o cacau e o gado. Já o mercado interno era abastecido por pequenos agricultores que não competiam com os produtos que os grandes latifundiários exportavam. Para essa forma de inserção não se gerava uma demanda de expansão do conhecimento elaborado e do uso da linguagem escrita.

No Censo de 1872, a taxa de analfabetismo no Brasil é de 82,3% para pessoas a partir de 5 anos de idade, demonstrando que, mesmo após a independência portuguesa, o governo brasileiro não conseguiu massificar a oferta da instrução pública à sua população, ainda predominantemente rural, apesar do crescimento de grandes centros urbanos.

Nenhum dos grandes ciclos agrários voltados para a exportação – seja a cana, o algodão, a borracha, o cacau, seja mesmo o café – deu qualquer impulso à alfabetização no Brasil. Nem os novos imigrantes europeus, particularmente os italianos, que já se dirigiam para São Paulo, mudaram o quadro (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 190-191).

O Positivismo foi a corrente filosófica que influenciou o pensamento intelectual brasileiro na ocasião. Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, entre outros, eram entusiastas das mudanças sociais e econômicas decorrentes da Revolução Industrial que se iniciou na Inglaterra, vindo a se espalhar por outras nações como França e Estados Unidos. O avanço na instrução pública nesses estados chamou a atenção desses pensadores.

Essa elite intelectual e econômica tinha a aspiração de que o Brasil fizesse a



transição de uma economia agrária escravocrata para uma economia industrial, como havia ocorrido nas nações alcançadas pela Revolução Industrial. Nesse sentido, “o ideal Positivista, utilizado como estratégia de modernização, pautava-se em três eixos: família, pátria e humanidade” (BRAGA; MAZZEU, 2017, p. 32).

Na área da educação, esse grupo fazia críticas ao pouco espaço para ciência nos currículos escolares, ainda muito influenciado por doutrinas cristãs (o ensino tinha grande influência religiosa), e as poucas políticas públicas que possibilitassem a ampliação do número de matrículas. Buscavam uma educação que preparasse o homem para o mundo moderno – a escola moderna. Defendiam um ensino livre de amarras religiosas. Também começavam a ecoar discursos críticos ao regime monárquico, visto por alguns como responsável pelo atraso econômico do país.

Nesse contexto, Carlos Leôncio da Silva Carvalho, então Ministro dos Negócios do Império, articula uma reforma educacional que leva seu nome e que se deu por meio da publicação de dois decretos: o nº 7.031, de 06 de setembro de 1878, e o nº 7.247, de 19 de abril de 1879. O primeiro propunha a criação de cursos noturnos, para adultos, na tentativa de diminuir o alto número de analfabetos no país. No ano de 1879, o segundo decreto trazia maiores mudanças na regulamentação da instrução pública.

O Decreto 7.247 continha vinte e nove artigos, dentre suas determinações, definia a instrução primária como um ensino obrigatório; instituiu a liberdade de ensino e de consciência; destacava a ideia de incompatibilidade do professorado com a realização de atividades em outros cargos públicos e administrativos; estabelecia a não obrigatoriedade do ensino religioso no ensino, nesse caso, a instrução religiosa não era obrigatória aos não católicos, podendo ser oferecida em determinados dias, antes ou depois das aulas das séries no ensino regular; autorizava, na área da instrução superior, a promoção e fundação de cursos particulares; suspendia o regime de faltas, lições e sabatinas no ensino secundário e superior; apontava a liberdade de frequência e a não obrigação da prestação de exame eclesástico aos não católicos; previa para a instrução secundária a livre frequência no externato; definia disciplinas e conteúdos em programas de ensino de cursos profissionalizante, como o curso de formação de professores, o ensino nas escolas normais e nos programas do ensino superior, como os cursos de Medicina e de Direito; buscava a organização do ensino primário, relacionando as escolas do primeiro ao segundo grau, como no sistema americano, e introduzia as “lições de coisas” como disciplina (MELO; MACHADO, 2009, p. 297).

A reforma alcançava agora o ensino primário e secundário, deixando de forma



expressa as obrigatoriedades que as províncias deveriam seguir, como a:

[...] criação de jardins-de-infância para as crianças de 3 a 7 anos (artigo 5º); caixa escolar (artigo 6º); bibliotecas e museus escolares (artigo 7º); subvenção ao ensino particular, equiparação de Escolas Normais particulares às oficiais e de escolas secundárias privadas ao Colégio Pedro II, criação de escolas profissionais de bibliotecas populares e de bibliotecas e museus pedagógicos onde houver Escola Normal (artigo 8º); regulamentação do ensino superior abrangendo a associação de particulares para a fundação de cursos livres em salas dos edifícios das Escolas ou Faculdades do Estado (artigo 22); faculdade de direito (artigo 23; e faculdades de medicina (artigo 24). [...] a Reforma Leôncio de Carvalho levou bem mais longe a inclusão de dispositivos referentes ao funcionamento da educação nas províncias. Assim, o artigo 8º contempla, nas províncias, a subvenção a escolas particulares; a contratação de professores particulares para ministrar os rudimentos do ensino primário; a criação de cursos de alfabetização de adultos e de Escolas Normais; fundação de bibliotecas e museus pedagógicos e de bibliotecas populares; e a criação, nos municípios mais importantes das províncias, de escolas profissionais e de ensino de artes e ofícios. A Reforma previu, também, a abertura, nas províncias, de mesas de exames de preparatórios (artigos 11 e 12) e a inspeção dos estabelecimentos de instrução primária e secundária (artigo 15). (SAVIANI, 2007, p. 137-138)

Fica evidente a influência Positivista nessa legislação. Termos utilizados como “cursos livres”, liberdade de não prestar exames eclesiásticos aos “não católicos”, asseveram como essa corrente filosófica a moldou. Todavia, alguns avanços causaram muita polêmica, destacando a liberdade de ensino. Também havia uma menor burocracia para abrir escolas sem grandes impeditivos por parte do Estado, medida justificada para amplificar a oferta de vagas. Outrossim, a legislação previa a liberdade de frequência. Dessa forma, viu-se um aumento no número de estabelecimentos privados nos anos seguintes.

A Reforma vigorou até 1890, mesmo com a demora na aprovação de alguns pontos dos decretos. Eram pareceristas da Comissão de Instrução Pública na Assembleia, os deputados Rui Barbosa (Bahia), Thomaz Espínola (Alagoas) e Ulisses Viana (Pernambuco). As discussões e estudos sobre os pontos da reforma, inclusive comparações com as legislações de outros países, empurraram a publicação dos pareceres para 1883, nos anais da Assembleia, estes, não sendo aprovados. Alguns pontos, entretanto, por não necessitar de aprovação, passaram a vigorar de imediato (VICENTE; NETO, 2019).

Nesse cenário, encontramos Alagoas, que possuía, nas décadas finais do Império, mais de 85% de sua população acima de 5 anos de idade analfabeta, segundo o Censo de



1872. O orçamento estadual limitado não possibilitava grandes aportes na área educacional. Logo, este trabalho tem o objetivo de compreender como o ensino infantil e o ensino primário se desenvolveram em Alagoas nesse recorte temporal, entre 1878 e 1889, que corresponde ao ano de publicação do primeiro decreto da Reforma Leôncio de Carvalho e ao último ano do regime imperial brasileiro.

O relatório do presidente da Província de Alagoas, Cincinato Pinto da Silva, destaca que “em 1879, havia apenas uma escola pública noturna, na capital, regida pelo professor da 1ª cadeira e frequentada por 16 alunos” (FALLA, 1879, p. 23). Em Alagoas, a Reforma Leôncio de Carvalho teve poucas ações concretas efetivadas, muito por falta de recursos orçamentários.

Apesar de ter uma legislação governamental para que a população adulta tivesse acesso à escola, os recursos e a estrutura física para que pudessem funcionar inexistiam, pois sabemos que as escolas, na maioria dos casos funcionavam na residência dos professores, sem mobília e recursos adequados para que os mesmos pudessem ministrar suas aulas, sem contar com o fato de que a remuneração não era atrativa, porque se baseava em uma gratificação e estava atrelada ao número de alunos frequentes às aulas (CORREIA, 2011, p. 117).

Os anos seguintes à publicação da Reforma Leôncio de Carvalho trazem um aumento no número de estabelecimentos particulares em Alagoas. Vale ressaltar que eles não eram destinados às camadas populares, o que não contribuía para redução do número de analfabetos. Pontos da reforma favoreceram esse cenário: a liberdade dada à iniciativa privada para abertura de escolas e a obrigatoriedade de que as escolas públicas atendessem a critérios de higiene, não admitindo, conforme o Artigo 69, “os que padecessem de moléstias contagiosas, os que não tivessem sido vacinados (...), e os escravos” – esses grupos, citados no referido artigo, faziam parte principalmente das camadas mais populares.

Com base nesses fatores, torna-se importante compreender como se desenvolveu o ensino infantil e o primário em Alagoas, dentro do marco temporal da pesquisa (1878 e 1889). As fontes nos apresentam indícios desse cenário. Foram analisados documentos oficiais, como o relatório do Presidente da Província de Alagoas do ano de 1879, e o Censo de 1872, primeiro realizado durante do Império. Tais documentos expõem estatísticas educacionais brasileiras da década de 1870. Dessa maneira, foi necessário tratá-las, classificando e separando-as em fichamentos e pastas, quadros e planilhas que auxiliaram no estudo do



objeto. Esses dados tiveram a contribuição de Le Goff (1992) como referencial teórico, favorecendo uma melhor compreensão da temática.

As duas décadas seguintes não trouxeram mudanças na situação da instrução pública alagoana. O número de estabelecimentos públicos não aumentou na mesma proporção que o aumento da população alagoana. O percentual de analfabetos ainda era muito alto. Nesse cenário, a Reforma Leôncio de Carvalho possibilitou o aumento no número de estabelecimentos privados, voltados para classe média e para as elites.

Este estudo nos permite, por intermédio da observação de dados, conhecer a situação da educação alagoana nesse marco temporal, com destaque para o ensino infantil e o primário. Os dados nos levam à compreensão de que o investimento público em educação não foi suficiente para ampliação do número de vagas em proporção ao tamanho da população da então Província de Alagoas, no marco temporal observado.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa qualitativa histórico-documental. As fontes utilizadas foram o relatório do Presidente da Província de Alagoas de 1879 e relatórios de Diretores de Instrução Pública em Alagoas, livros e documentos de história e de história da educação de Alagoas e da história da educação do Brasil, tendo como cerne a reforma Leôncio de Carvalho (1878 e 1879). Como fontes complementares, foi consultada a produção de João Craveiro Costa, ex-diretor de Instrução Pública do estado.

Este tipo de estudo possibilita investigar a “problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso, revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social” (SILVA et. al. 2009, p. 4557).

Em face disso, Jacques Le Goff (1992) apresenta importantes contribuições teóricas para o estudo. A primeira contribuição refere-se à análise das fontes aqui utilizadas, muitas delas documentos oficiais, que “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 1992, p. 16). Como pesquisador, precisou-se considerar a construção de tais documentos, elaborados pelo Estado em determinado período histórico.



João Craveiro Costa teve importante trabalho produzido acerca da temática da instrução pública. Esse material foi publicado inicialmente no século XX e nos apresenta dados do século XIX. Tendo sido Craveiro Costa Diretor de Instrução Pública em Alagoas, sua narrativa foi analisada. Nesse processo, conforme Le Goff destaca, não se perdeu de vista que:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1992, p. 472).

A partir dessas contribuições de Le Goff, foi necessário a leitura de outros documentos e autores para que se pudesse ter uma compreensão mais clara do objeto no recorte temporal estudado. Le Goff ainda contribuiu com o conceito de *questionamento do documento*.

O autor destaca que no século XIX, após o advento da Revolução Industrial, as mudanças sociais, de consumo e de ganho de capital, se traduziram “[...] pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia” (LE GOFF, 1992, p. 238).

Tais características podem ser observadas na sociedade brasileira nas últimas décadas da Monarquia, ajudando a moldar políticas públicas, entre as quais a Reforma Leôncio de Carvalho, que teve impacto nas províncias, inclusa a de Alagoas.

Os dados estatísticos e as falas dos agentes públicos redigidas nesses documentos nos levam a compreender as políticas públicas pensadas e as efetivadas nesse tempo histórico do estudo. Assim, Le Goff auxilia no estudo dessas fontes e nos permite estruturar uma análise do ensino infantil e do primário em Alagoas nas décadas finais do Império.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Reforma Leôncio de Carvalho, em Alagoas, possivelmente representou o crescimento do número de escolas nesta província. Em 1872, ano de recenseamento, existia aí o total de 116 escolas primárias (públicas e privadas), número que saltou para 184 em 1889, um crescimento de quase 60% num intervalo de 17 anos. As fontes pesquisadas não possibilitam saber quantas foram abertas após a publicação da reforma (1878-1879). Todavia, há indícios de que esse crescimento se deu após sua publicação.

Esse aumento na quantidade de escolas primárias não foi proporcional ao do número de alunos, quando comparamos os dados de 1872 e 1889. Nesse período, apesar do acréscimo de quase 60% no número de estabelecimentos que ofertavam essa modalidade, o total de matrículas cresceu pouco mais de 16% (5.558 e 6.458 alunos, respetivamente, em 1872 e 1889).

#### Dados da Instrução Primária nas Alagoas (1835-1889)

Ano	Escolas	Alunos	População Escolar
1835	29	1.160	20.000
1836	38	1.696	22.000
1867	104	5.234	50.000
1872	116	5.558	78.470
1889	184	6.458	120.000

Fonte: Craveiro Costa (2011, p. 45).

Mais interessante é observar que com o aumento da população em idade escolar, reflexo do aumento da população geral, o percentual desse grupo matriculado caiu de 7,08%, em 1872, para 5,38%, em 1889, demonstrando que a ampliação de vagas e estabelecimentos foi desproporcional ao crescimento da população alagoana nesse momento, não contribuindo para reduzir o número de analfabetos.

Outro dado importante para essa análise é trazido por Elcio de Gusmão Verçosa. Havia, no final da década de 1880, apenas uma escola pública funcionando em sede própria, construída pelo governo para tal finalidade. Os demais estabelecimentos funcionavam em prédios alugados pelos professores, sem estrutura adequada, que possuíam gratificação estatal para essa despesa (VERÇOSA, 2015).

Quanto aos jardins de infância, avanço trazido pela Reforma Leôncio de Carvalho, Craveiro Costa destaca que apenas no século seguinte é que Alagoas começa a ofertar ensino para crianças, sendo o próprio Costa seu implementador:



As escolas infantis, denominadas jardins de infância, servem de intermediárias entre a família e a escola, iniciam a educação pré-escolar das crianças de ambos os sexos, num curso de dois anos. Essa instituição foi fundada no Estado em 1923 pelo autor deste trabalho, quando diretor do grupo escolar “Diegues Junior” (COSTA, 2011, p.81).

Elza Maria da Silva (2009), por sua vez, afirma que apenas no ano de 1926 é que houve a construção do primeiro prédio destinado a um jardim de infância, sendo que até antes disso eles funcionavam em casas e espaços adaptados para tal finalidade. Tanto Costa (2011) quanto Silva (2009) não apresentam dados ou relatos de matrículas de ensino infantil entre 1878 e 1889. Assim, podemos supor que a Reforma Leôncio de Carvalho não tenha sido efetivada em Alagoas no que se refere a esse nível de ensino.

Acredita-se que, com base nos dados aqui apresentados, que a instrução pública nas Alagoas teve pouca mudança após a promulgação da Reforma Leôncio de Carvalho. O crescimento do tamanho de sua população não foi acompanhado na ampliação proporcional do número de matrículas. Por conseguinte, deduz-se que houve forte crescimento de escolas (em especial privadas) primárias após a publicação da legislação. As escolas funcionavam de forma precária, em instalações que não foram construídas para tal finalidade, sendo o custo de manutenção dos prédios subsidiado pelo Estado por meio do pagamento direto aos professores.

Os avanços, já citados, trazidos pela Reforma Leôncio de Carvalho tiveram impacto reduzido no cenário educacional alagoano até 1889, último ano do regime imperial, principalmente pela falta de recursos orçamentários. Costa (2011, p. 46) afirma que o final do Império para a educação alagoana era caracterizado pela “ausência de fiscalização, de instalação, de metodização e de garantia para o magistério”. Talvez esse relato nos permita compreender como a educação foi tratada em terras alagoanas nesse momento histórico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos finais do Império brasileiro foram marcados por mudanças econômicas e sociais, que tiveram como resultado, entre outros, a publicação da reforma Leôncio de Carvalho (1878-79), editada pelo Ministro do Império que deu seu nome a ela. Influenciada



pelo pensamento positivista, trazia para a educação novas ideias e políticas públicas, como a obrigatoriedade da frequência escolar e a consequente responsabilização das famílias pelo não cumprimento, a oferta de aulas noturnas para adultos e a criação de jardins de infância.

Um dos pontos mais inovadores e polêmicos foi a garantia da liberdade de ensino. Por mais de vinte anos, a reforma aguardou aprovação na Assembleia Legislativa, sendo seu parecer rejeitado em 1888. Isso não impossibilitou que grande parte de seus pontos pudessem vigorar. Ela atribuía às Províncias a responsabilidade por sua implementação, sem que o governo central fosse obrigado a arcar com os custos da instrução pública. Dado isso, ela dava à iniciativa privada autonomia para abrir escolas, sem que houvesse grandes impedimentos burocráticos por parte do Estado.

Em Alagoas, os dados obtidos nos levam a acreditar que houve aumento significativo no número de estabelecimentos escolares primários, sem que o percentual de matrículas fosse proporcional ao tamanho da população em idade escolar, e sem que a estrutura física desses espaços, que em sua quase totalidade não eram próprios, fosse a mais apropriada para seu funcionamento. Os jardins de infância, avanço da reforma Leôncio de Carvalho, não foram implementados no século XVIII em território alagoano durante a vigência da referida normatização educacional de alcance nacional. A educação nesse período permaneceu restrita a uma minoria dos alagoanos, assim como antes da publicação da legislação.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Arquivo Público do Estado de. Ofícios, Mapas de professores e Relatórios. Instrução Pública.** Disponível em CÓDICE M20 E05 (1872-1873). FALLÁ PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 1879.

BRASIL, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO. **Decreto nº 7.031, de 06 de setembro de 1878.** Crêa cursos noturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção



primaria do 1º grau do sexo masculino do município da Côrte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacao-original-62957-pe.html#:~:text=Os%20alumnos%20acatholicos%20n%C3%A3o%20precisar%20C3%A3o,favores%20concedidos%20por%20este%20decreto..> Acesso em 08 mai. 2021.

BRASIL, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primario e secundario no município da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 08 mai. 2021.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara/SP, v. 21, n. 01, p. 24-46, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.9986>. ISSN: 1519-9029. Acesso em 09 set 2021.

CORREIA, Mailza da Silva. **A legislação sobre escolas noturnas de Alagoas (1870-1940).** In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão; CORREIA, Mailza da Silva. Escritos sobre a educação alagoana: compêndios, periódicos, manuscritos e práticas educativas (séculos XIX, XX e XXI). Maceió, EDUFAL, 2011 p. 105-119.

COSTA, Craveiro. **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas & outros ensaios.** Maceió, EDUFAL, 2011.

IBGE, **Recenseamento do Brazil em 1872**, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> . Acesso em 10 set. 2021.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre/RS, v. 29, n. 02, p. 179-200, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733> . Acesso em 11 set. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 2ª ed. Campinas, Editora Unicamp, 1992.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a história da educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas/SP, n.34, p.294-305, jun.2009 - ISSN: 1676-2584. Acesso em 12 set. 2021.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Elza Maria da. **A educação infantil em Alagoas: (re)construindo suas raízes.** Maceió: EDUFAL, 2009.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da *et. al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa



na formação docente. In: **IX Congresso Brasileiro de Educação – EDUCERE / III Encontro Sul-Brasileiro de Psicopedagogia**, 2009. *Anais* [...] Curitiba, 2009, p. 4554-4566. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124\\_1712.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf). Acesso em: 19 mai. 2021.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história e histórias**. Maceió: EDUFAL, 2015.

VICENTE, João Pedro Aparecido; NETO, Wenceslau Gonçalves. Estratificação estamental pela via da educação: reflexões a partir da reforma Leônicio de Carvalho. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo/MG, v.18, n.33, p.43-61, 2019. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/1702/1125> . Acesso em 11 set. 2021.